Projeto de Lei do Senado n° 320, de 2017

Autoria: Senador Roberto Muniz (PP/BA)

Iniciativa:

Ementa:

Altera o art. 3º da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para estabelecer concretude ao devido processo legal nos processos administrativos sancionadores.

Explicação da Ementa:

Estabelece regras gerais a serem observadas pelos agentes públicos quando da instauração do processo administrativo; normatiza como se deve proceder ao proferir uma decisão efetivamente fundamentada; condiciona a execução das penalidades administrativas à confirmação, por órgão colegiado, das sanções indicadas por agente público; determina a confirmação da sanção pelo colegiado como pressuposto para a anotação de qualquer apontamento em certidões ou documento assemelhado.

Assunto: Organização do Estado - Organização Federativa

Data de Leitura: 13/09/2017

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada por Comissão em decisão

Último local: -

Destino: À Câmara dos Deputados

Último estado: 11/04/2018 - REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Despacho:

13/09/2017 (Despacho inicial)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator(es):

Senadora Simone Tebet (encerrado em 21/03/2018 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

13/11/2018 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: À COARQ.

11/04/2018 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Remetido Ofício SF nº 442, de 11/04/2018, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 35 a 37).

06/04/2018 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

TRAMITAÇÃO

Ação: Anexado o texto revisado (fl. 18).
********** Retificado em 06/04/2018**********
Onde se lê: "(fl.18)"
Leia-se: "(fls. 33 e 34)".

05/04/2018 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Situação: APROVADA

Ação: Encerrou-se no dia 4 de abril o prazo sem interposição do recurso no sentido da apreciação pelo Plenário do presente projeto. A matéria, aprovada terminativamente pela Comissão competente, vai à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 282 - DSF nº 39

05/04/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado ao Plenário para comunicação do término do prazo para interposição de recurso.

04/04/2018 SF-CORELE - Coordenação de Redação Legislativa

Ação: Juntado texto final revisado (fls. nºs 30 e 31).

27/03/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: À Corele.

26/03/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Prazo: Interposição de Recurso a decisão terminativa de Comissão (Art. 91, §§ 3º ao 5º, do RISF). De 27/03/2018 a 04/04/2018. Perante a Mesa.

26/03/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Ação: Encaminhado à publicação o Ofício nº 32, de 2018-CCJ, comunicando a aprovação da matéria, com as Emendas nº 1-CCJ a 6-CCJ, em decisão terminativa.
Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do RISF.

Publicado no DSF Páginas 33-34 - DSF nº 33

26/03/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Prazo: Interposição de Recurso a decisão terminativa de Comissão (Art. 91, §§ 3º ao 5º, do RISF). De 27/03/2018 a 04/04/2018. Perante à (ao) PLEN.

22/03/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES)

Ação: Encaminhado ao Plenário para comunicação da conclusão da instrução da matéria e abertura de prazo para recurso.

TRAMITAÇÃO

21/03/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Encaminhado à SLSF, para prosseguimento da tramitação.

21/03/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: APRECIADA EM DECISÃO TERMINATIVA PELAS COMISSÕES

Ação: Na 9ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Projeto e as Emendas n° 1-CCJ a n° 6-CCJ, relatados pela Senadora Simone Tebet.

Anexei o Texto Final do PLS n° 320, de 2017.

Anexei o Ofício nº 32/2018- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF (fl. 27).

Publicado no DSF Páginas 303-317 - DSF nº 30

14/03/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Na 7ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Senadora Simone Tebet faz a leitura do Relatório. A Presidência encerra a discussão, ficando adiada a votação da matéria.

08/03/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Recebido, às 17h05, o relatório reformulado da Senadora Simone Tebet, com voto pela aprovação do Projeto com seis emendas que apresenta.
Matéria incluída na Pauta da Comissão.

07/02/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Na 1ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Senadora Simone Tebet faz a leitura do Relatório e a Presidência adia a discussão da matéria.

17/11/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na Pauta da Comissão.

16/11/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido, às 09h40min, o relatório da Senadora Simone Tebet, com voto pela aprovação do Projeto com seis emendas que apresenta.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

22/09/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

TRAMITAÇÃO

21/09/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: O Presidente da Comissão, Senador Edison Lobão, designa Relatora da matéria a Senadora Simone Tebet.

15/09/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Prazo para apresentação de emendas:
Primeiro dia: 15/09/2017.
Último dia: 21/09/2017.

14/09/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Matéria sobre a Mesa desta Comissão aguardando abertura de prazo para apresentação de emendas e posterior distribuição.

13/09/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Encaminhado à publicação.
À CCJ, em decisão terminativa, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, após publicado e distribuído em avulsos.

Publicado no DSF Páginas 224-230

13/09/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Leitura da matéria na sessão do SF nº131, em 13/09/2017.

Publicado no DSF Páginas 224-230

DOCUMENTOS

PLS 320/2017

Data: 13/09/2017

Autor: Senador Roberto Muniz (PP/BA)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Altera o art. 3º da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para estabelecer concretude ao devido processo legal nos processos administrativos sancionadores.

Avulso inicial da matéria

Data: 13/09/2017

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação.
À CCJ, em decisão terminativa, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, após publicado e distribuído em avulsos.

Relatório Legislativo

Data: 16/11/2017

DOCUMENTOS

Autor: Senadora Simone Tebet (MDB/MS)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido, às 09h40min, o relatório da Senadora Simone Tebet, com voto pela aprovação do Projeto com seis emendas que apresenta.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

Relatório Legislativo

Data: 08/03/2018

Autor: Senadora Simone Tebet (MDB/MS)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido, às 17h05, o relatório reformulado da Senadora Simone Tebet, com voto pela aprovação do Projeto com seis emendas que apresenta.
Matéria incluída na Pauta da Comissão.

Listagem ou relatório

Data: 21/03/2018

Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 9ª Reunião CCJ

Listagem ou relatório

Data: 21/03/2018

Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Votação Nominal da reunião da 9ª Reunião CCJ

Texto final da Comissão -

Data: 21/03/2018

Autor: Senador

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Descrição/Ementa: Altera o art. 3º da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para estabelecer concretude ao devido processo legal nos processos administrativos sancionadores.

P.S 25/2018 - CCJ

Data: 21/03/2018

Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senadora Simone Tebet (MDB/MS)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Na 9ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Projeto e as Emendas n° 1-CCJ a n° 6-CCJ, relatados pela Senadora Simone Tebet.

Anexei o Texto Final do PLS n° 320, de 2017.

Anexei o Ofício nº 32/2018- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF (fl. 27).

Texto final revisado - Projeto

Data: 04/04/2018

DOCUMENTOS

Autor: Senador

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Juntado texto final revisado (fls. nºs 30 e 31).

Descrição/Ementa: Altera o art. 3º da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para estabelecer concretude ao devido processo legal nos processos administrativos sancionadores.

OFSF 442/2018

Data: 11/04/2018

Autor: Primeiro-Secretário do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício SF nº 442, de 11/04/2018, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 35 a 37).

Descrição/Ementa: Encaminha à revisão da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei do Senado n° 320, de 2017.

Autógrafo - PLS 320/2017

Data: 11/04/2018

Autor: Senado Federal

Local: null

Descrição/Ementa: Altera o art. 3º da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para estabelecer concretude ao devido processo legal nos processos administrativos sancionadores.